



Federação Nacional dos Médicos

Posição da FNAM sobre os Médicos “Indiferenciados”

Como é do conhecimento público, o recente concurso para escolha de Especialidade e conseqüente início da formação médica especializada por parte dos jovens médicos decorreu com inúmeros atropelos e mesmo ilegalidades, que demonstram a total inépcia da ACSS para organizar seja o que for.

Nomeadamente:

- A publicação do mapa de vagas, e no número de idoneidades atribuídas (que deveriam ter sido divulgadas até dez dias antes), foram revistas até ao próprio dia em que se iniciou o processo de escolhas
- A lista ordenada de candidatos revelou inúmeras incorrecções que tiveram de ser corrigidas à pressa
- A plataforma informática que deveria servir de suporte às escolhas (simultâneas a nível nacional) logo no primeiro dia deixou de funcionar (pelo menos na Região Norte), o que ocasionou grande confusão nas vagas já escolhidas/disponíveis
- Ainda como consequência (ou não...) dessa avaria, vagas houve que “desapareceram”, impedindo que candidatos que as pretendiam as pudessem ocupar
- Pela primeira vez, desde que foram implementadas as Carreiras Médicas, o número de vagas foi inferior ao número de candidatos, - no final, **113 jovens médicos ficaram sem acesso à especialização** o que, a não ser corrigido, significará que ficarão como médicos indiferenciados à mercê dos apetites mercantilistas das empresas fornecedoras de mão-de-obra (barata) e das instituições privadas, com o evidente prejuízo para as suas aspirações profissionais, para o País e, em última análise, para os portugueses.
- Esta última situação revela a insuficiente transparência em relação à definição do mapa de idoneidades definido pela Ordem dos Médicos e sobre os motivos que alegadamente impedem a existência de mais vagas para formação médica específica, quando é evidente que Portugal tem carência destes profissionais.

Por tudo isto, e como publicámos em devido tempo, a FNAM solicitou por duas vezes ao Presidente da ACSS que suspendesse o concurso, logo no seu início, até que estivessem ultrapassados todos os constrangimentos já detectados – tal proposta, que seria o mínimo que qualquer funcionário zeloso, ciente das suas responsabilidades faria para evitar males maiores, não colheria, contudo, provimento!

Após os plenários médicos, promovidos pela Ordem dos Médicos e realizados nas três zonas do país no passado dia 9 do corrente, para discussão da situação decorrente deste concurso, a FNAM não pode deixar de manifestar publicamente as suas próprias conclusões e propostas de resolução das situações criadas.



Assim, a FNAM:

1 – Como estrutura sindical defensora de todos os médicos, OPÕE-SE à existência de Médicos indiferenciados Este é para nós um grave retrocesso, não sendo exagero afirmar que esta situação põe em causa anos de desenvolvimento da formação médica em Portugal. Para a FNAM a formação médica é um continuum que se inicia com a especialização, culmina no médico especialista e prossegue ao longo de toda a vida profissional com formação contínua, garantida pelo direito a uma carreira médica. Essa possibilidade deve ser assegurada a todos os médicos, uma vez saídos das Faculdades de Medicina. Tudo o que seja menos que isto é uma fraude! Para os médicos, para o SNS e para a população.

Durante a vigência do anterior governo a FNAM insurgiu-se com a possibilidade, criada pelo novo regime do internato médico, da criação de médicos indiferenciados. Por este e outros motivos, a FNAM não aceitou qualquer acordo em relação a este tema e, aliás, exige a revogação deste Diploma desde o primeiro momento. A quem concordou com esta linha de actuação cabe agora a justificação deste resultado, aliás expectável.

2 – Exige a criação imediata de vagas suficientes para incluir os 113 médicos impedidos de iniciar o seu processo de especialização

3 – No mínimo, que lhes seja permitido continuarem ligados aos serviços, em exercício tutelado, até ao próximo concurso, **com a garantia de que serão disponibilizadas vagas em número suficiente para abrangerem todos os possíveis candidatos em pé de igualdade**

4 – Revogação imediata do decreto-lei referente ao Regime do Internato Médico e negociação séria que leve à sua substituição

5 – Reformulação e clarificação do processo de atribuição de idoneidades para formação médica específica

6 – Criação de grupo de trabalho para discussão de soluções que evitem repetição de situações como a actual.

A FNAM irá solicitar reuniões urgentes com o Senhor Ministro e Comissão Parlamentar da Saúde, para transmitir estas preocupações e propostas de solução.

A Comissão Executiva da FNAM

Coimbra, 12 de Dezembro de 2015